BOAS VINHAS

EDIÇÃO N.º 13 – SETEMBRO 2020

CVRVV COMISSÃO DE VITICULTURA DA REGIÃO DOS VINHOS VERDES
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | SEMESTRAL | ISSN: 2183-5411
DIRECTORA **MARIA JOSÉ PEREIRA**



JOÃO SILVA

“Qualquer viticultor tem algum pudor em queimar vinho”

A Ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, fala dos apoios ao sector, do reforço do VITIS e do futuro quadro comunitário de apoio **Pag 6 e 7**

NOVAS AUTORIZAÇÕES DE PLANTAÇÃO

Pag 2

PORQUE FOI 2020 UM ANO DE MÍLDIO

Pag 3

BOAS VINHAS, REGRESSA NO 1º TRIMESTRE DE 2021

Este é um projecto da COMISSÃO DE VITICULTURA DA REGIÃO DOS VINHOS VERDES que conta com o apoio da SYNGENTA.

ATENÇÃO! Esta folha de rosto contém informação confidencial a utilizar na apresentação da sua DCP (manifesto) da campanha 2020/2021.

EDITORIAL



FACE AO DESCONHECIDO, NUNCA CEDER

A natureza segue o seu caminho, indiferente a pandemias e polémicas: é tempo de vindima.

Não podemos antecipar quais os efeitos da pandemia nas próximas semanas e, muito menos, os efeitos da crise económica nos próximos meses e anos. Façamos, pois, e bem feito, aquilo que está ao nosso alcance.

A Região nunca teve uma viticultura tão competitiva como tem hoje e nunca teve uma base de mercados tão diversa. As uvas que estamos a vindimar vão ter mercado, num dos mais de cem países que consomem os nossos vinhos. E, no entanto, é preciso continuar a investir.

Há mercado para mais vinho rosado. É certo que as castas mais valorizadas estão a sofrer estrangulamentos de mercado neste momento, mas não tenhamos dúvida de que o futuro da Região passa por fazer melhores vinhos a cada ano e isso depende de continuarmos a renovar a nossa vinha. E tudo isto mantendo os vinhos de grande volume, que são essenciais para a Região, e dos quais nos devemos orgulhar pela riqueza e postos de trabalho que geram.

O ano que em breve se inicia será, sem dúvida, dos mais difíceis da nossa geração. E, porém, a nossa capacidade para tomarmos boas decisões neste período é o que marcará o nosso sucesso tão rápido quanto possível.

Este é o tempo de decisões e de trabalho, não de longos devaneios.

Boa vindima e um 2021 pleno de energia.

Manuel Pinheiro
Presidente da Comissão Executiva

AUTORIZAÇÕES DE PLANTAÇÃO

Candidaturas excedem em mil hectares a área disponível



Foram mais de mil as candidaturas às novas autorizações de plantação recebidas pelo Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), sendo que correspondem, no total, a intenções de plantação de quase 3 mil hectares de vinha. Disponíveis estão, apenas, 1927 hectares, o que deixa de fora 274 candidaturas referentes a mais de 1.022 hectares. Só no Minho houve 62 candidaturas não contempladas, correspondentes a 103,63 hectares.

O período de submissão decorreu entre 1 de Abril e 15 de Maio, mas foi, depois, prorrogado até 15 de Julho devido ao Estado de Emergência. Concluída a análise das mesmas, o IVV deu já a conhecer os números finais. Deram entrada 1031 candidaturas, das quais 726 são de produtores e 305 são de novos entrantes, conceito utilizado pela primeira vez este ano e que pretende possibilitar que uma entidade inicie a actividade de viticultor. Destes, 100 são jovens que pretendem investir no sector. Dos 2.949,03 hectares de área pretendida, no total, 1082,99 hectares foram requeridos por novos entrantes.

O facto de a área requerida ser superior à disponível, obrigou a que as candidaturas fossem pontuadas de acordo com os critérios de prioridades previstos na legislação, ou seja, majorando as candidaturas de novos entrantes, de jovens primeiro e de outros em seguida, bem como o potencial das vinhas para a produção de vinhos com Denominação de Origem ou com Indicação Geográfica. A dimensão média da exploração também é tida em conta, com uma majoração maior para explorações mais pequenas, bem como o comportamento anterior do viticultor noutras candidaturas.

Concluída a pontuação, hierarquização e ordenação dos projectos entrados, os 1927 hectares disponíveis vão ser distribuídos por 757 candidatos. Com 393%, a região do Algarve recebe o percentual maior em área, em relação ao 1% mínimo de crescimento regional, seguida de Lisboa e Tejo com, respectivamente, 286% e 210%. No total, o Algarve tem 54,97 hectares aprovados, Lisboa tem 552,58 hectares e o Tejo 262,25 hectares.

Já em termos de número de candidaturas aprovadas, a região de Lisboa lidera, com 200 candidaturas, seguida pelo Minho, com 191. No total, os Vinhos Verdes têm autorizações de plantação para 296,33 hectares, dos quais 98,6 hectares serão para novos entrantes.

Autorizações: Medidas COVID-19

Foi publicado o **Regulamento de Execução (UE) 2020/601**, que estabelece medidas de adaptação relacionadas com a pandemia da COVID - 19, entre as quais salientamos:

- O prolongamento do prazo de validade das autorizações para novas plantações e replantações que tenham caducado ou que caducarão em 2020, até 4 de Maio de 2021;
- A não aplicação das sanções administrativas previstas no artigo 89.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1306/2013, aos viticultores titulares de autorizações para novas plantações ou replantações que caducaram ou venham a caducar, desde que informem as autoridades competentes, até 31 de Dezembro de 2020, da sua intenção de não utilizar as suas autorizações e de que não pretendem beneficiar da prorrogação da validade das mesmas.
- A prorrogação até 4 de Maio de 2021, do prazo para proceder ao arranque em caso de replantação antecipada de vinhas, mediante pedido devidamente justificado do viticultor.

EDIÇÃO Nº 13 - SETEMBRO 2020

ESTATUTO EDITORIAL Boas Vinhas é um jornal semestral de informação técnica que pretende, através de texto e imagem, disseminar conteúdos sobre viticultura.
Boas Vinhas é um jornal ao serviço do viticultor e quer contribuir para a divulgação de novas tecnologias na área da cultura da vinha capazes de contribuir para uma viticultura rentável.
"Boas Vinhas" distingue claramente os artigos de opinião dos artigos informativos, sem prejuízo de pode assumir as suas próprias posições, sempre no respeito da legislação em vigor.
"Boas Vinhas" tem um âmbito regional e quer contribuir para a divulgação de eventos, artigos práticos e/ou científicos, quando assim o entendam, sobre todas as novidades que à viticultura dizem respeito. "Boas Vinhas" é uma publicação independente, sem qualquer dependência de natureza política, ideológica e económica.

FICHA TECNICA
Directora: Maria José Pereira | Jornalista: Ilídia Pinto | Proprietária / Editora: Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes | NIF: 501 873 635 | Sede: Rua da Restauração, 318, 4050-501 Porto | Comissão Executiva: Manuel Pinheiro, Armando Fontainhas, Óscar Meireles |Sede da Redacção: Rua da Restauração, 318, 4050-501 Porto | Tel. 226 077 300 | E-mail: viticultura@vinhoverde.pt | Produção: Jornal de Notícias | Rua de Gonçalo Cristóvão, 195-219, 4049-011, Porto. Tel. 222096100, Fax. 222096200 | Impressão: Funchalense, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pero Pinheiro. Tel. 219677450, Fax 219677459| Tiragem: 17000 exemplares | Periodicidade: Semestral | ERC: Registo nº 127247 | ISSN Edição impressa: 2184-4119| Deposito Legal: nº 377222/14 | Jornal de distribuição gratuita | Os textos não respeitam o novo acordo ortográfico.

Porque foi 2020 um ano de míldio?

O míldio é uma das principais doenças da vinha em todo o mundo vitícola. Causada pelo fungo ***Plasmopara viticola***, pode mesmo considerar-se, na Região dos Vinhos Verdes, a doença de ciclo anual que mais preocupações e despesas traz aos viticultores.

O ano de 2020 pode considerar-se um *ano de míldio*, com a doença particularmente difícil de controlar e em que, qualquer descuido ou aligeiramento das medidas de prevenção e combate, pode ter dado origem a perdas significativas.

O que determina a ocorrência de um *ano de míldio* são, antes de mais, as condições de conservação das formas de resistência do fungo – os oósporos - durante o Inverno, bem como as condições meteorológicas da Primavera seguinte. De facto, no Outono-Inverno de 2019-20 ocorreram períodos chuvosos frequentes, que resultaram em elevada precipitação acumulada na Região (Figura 1), permitindo a manutenção constante da humidade do solo, **indispensável à sobrevivência dos oósporos, que se conservam nas folhas mortas caídas e semienterradas.**

As condições óptimas criadas e mantidas no Outono-Inverno, permitiram não só a formação dos oósporos, que não precisam de ser muito abundantes, como a conservação da sua vitalidade e a sua posterior maturação e germinação, no final do Inverno, início de Primavera. (Figura 2). Ao Inverno chuvoso seguiu-se uma Primavera e início de Verão com chuvas frequentes, elevado teor de humidade no solo e na atmosfera envolvente das vinhas, aliada a temperaturas favoráveis ao desenvolvimento da doença.

O inóculo de míldio existente e, sobretudo, as condições meteorológicas favoráveis, estiveram na origem de infecções primárias bastante extensas e virulentas, por vezes com ataques directamente aos cachos (inflorescências), causando a sua destruição ainda antes da floração (Figura 3). Em testemunhas não tratadas, as perdas foram totais, logo nessa fase da fenologia da videira. Registou-se também a infecção de muitos pâmpanos, com a sua perda e a dos cachos neles nascidos. O ataque às folhas foi também mais ou menos extenso, com perda de superfície foliar, reduzindo momentaneamente a sua capacidade de alimentar os cachos em formação e desenvolvimento.

A persistência de períodos de chuva e de humidade até ao final da Primavera, possibilitou depois sucessivas infecções secundárias, que continuaram a atingir os pâmpanos mais jovens, as folhas e, sobretudo, os cachos em todas as fases do seu desenvolvimento, até bastante tarde (*rot brun*). O fungo, apesar de ir perdendo agora vitalidade, não deixará de continuar a desenvolver-se nas folhas das extremidades e nas netas (míldio "mosaico"), podendo causar alguma desfoliação precoce e consequentes ligeiras perdas de qualidade da produção.

Os viticultores dispõem de um leque de fungicidas anti-míldio que poderemos classificar em 3 categorias principais: com acção de **contacto, penetrantes e sistémicos**. Cada um deles **é eficaz, mas apenas se for utilizado nas condições restritas adequadas**. É também conhecida a importância das medidas culturais preventivas - corte regular dos revestimentos vegetais do solo das vinhas, desladroamento, despampa, desponta e desfolha -, a fazer sempre de forma moderada e adequada a cada momento.

No entanto, apesar da forte pressão da doença e das dificuldades inerentes ao seu controlo, temos verificado, em resultado de observações quantificadas, que as vinhas bem conduzidas e tratadas apresentam globalmente percentagens de perda da produção suportáveis (em média de 2,5%).

Por outro lado, vinhas em que possa ter havido alguma "distracção" na condução da luta anti-míldio, podem apresentar perdas mais significativas, que quantificamos, em alguns locais, na ordem dos 14 a 18%. Constatamos frequentemente que muitos insucessos têm na sua origem um insuficiente conhecimento da biologia do míldio e dos diversos meios de o prevenir e combater.

Casos extremos, de parcelas de vinha não tratadas, servindo de testemunhas "*ad hoc*", apresentavam taxas de destruição total dos cachos (100%), ocorrida antes da floração e na floração-alimpa, bem como a perda quase total das folhas no início do Verão.

Por fim, vinhas regularmente tratadas, mas situadas em locais desfavoráveis em termos de míldio, como vales de rios e terras mais fundas, e com deficiente circulação do ar e acumulação de humidade por períodos prolongados do dia, também podem apresentar taxas de destruição da produção um pouco mais significativas, mas, ainda assim, toleráveis.

Apesar de tudo, pode concluir-se que, com o conhecimento e os meios actualmente disponíveis e desde que sejam cumpridas as regras atrás referidas, é possível vencer o míldio e obter boas produções, mesmo em anos tão adversos como o presente.

Carlos Coutinho Conceição
Estação de Avisos de Entre Douro e Minho / DRAP Norte

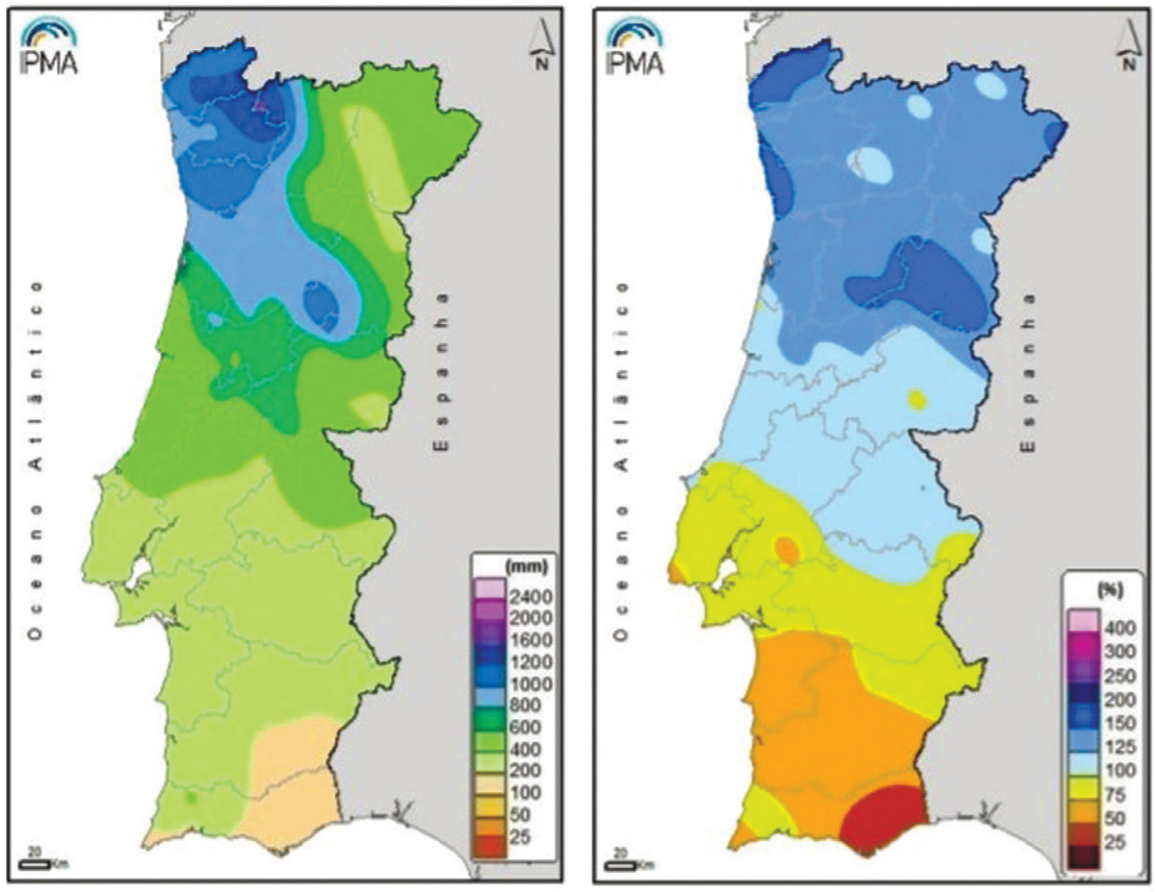


Figura 1: Precipitação acumulada desde 1 de Outubro 2019 (esq) e percentagem em relação à média 1971-2000 (dir) Fonte: Adaptado de Boletins Climatológicos do IPMA 2019-2020

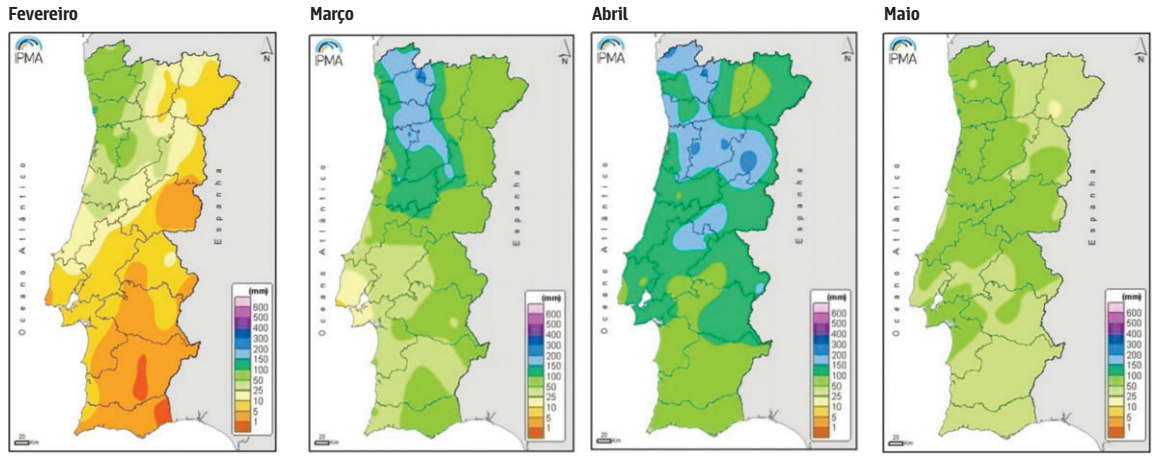


Figura 2. Precipitações mensais totais na Primavera de 2020. Fonte: Adaptado de Boletins Climatológicos do IPMA 2019-2020



Figura 3: Cacho destruído pelo míldio no período da floração-alimpa.

PERFIL

André Videira
“Precisamos de jovens que queiram trabalhar a terra”

O casamento levou André Videira a rumar a sul e a dedicar-se à restauração, mas o gosto pela terra deu-lhe a oportunidade de regressar às origens para tomar conta da propriedade e da adega dos sogro, Casal Videira, o único produtor-engarrafador de Vila Nova de Cerveira. Ao Boas Vinhas, André Videira assume o gosto pela vinha e desafia os jovens a dedicarem-se à actividade: “Não podem ser todos professores ou advogados, precisamos de viticultores, de quem queira trabalhar a terra. E se o soubermos fazer bem, isto pode ser um futuro. É uma vida dura, mas acreditem que vale a pena”.

Foi em 2014 que o jovem viticultor, hoje com 36 anos, se instalou em Cornes, Vila Nova de Cerveira, para liderar o negócio vitivinícola da família. Na altura, a propriedade tinha 3,5 hectares, metade dos quais ocupados por Alvarinho e os restantes pelas castas Loureiro, Trajadura, Vinhão, Touriga Nacional e Padeiro. Este ano, juntou-lhes mais um hectare de Alvarinho e Arinto. E espera obter direitos para conseguir plantar para o ano mais um hectare, a última área disponível na quinta.

Com um saber conquistado pelo ver fazer e complementado com diversas acções de formação que teve à disposição, quer por parte da Junta de Freguesia local, quer pela Academia do Vinho Verde, André Videira tem uma preocupação simples: “Tomar bem conta da propriedade, pô-la bonita e assegurar que tem sempre um bom produto”. Os restaurantes da família, A Valenciana, em Campolide, Lisboa, e a Quinta Valenciana, em Fernão Ferro, Seixal, absorvem grande parte das 20 a 30 mil garrafas anuais dos vinhos Casal Videira, a par



dos cafés e restaurantes na Região. E aos turistas, claro, que “ficam encantados com os nossos vinhos”, o que leva o casal a ponderar criar uma estrutura específica para o enoturismo.

Casal Videira Rosé, Alvarinho, Alvarinho e Loureiro e, claro, Casal Videira Vinhão são as variedades já existentes no mercado e a que se juntará, em breve, o primeiro espumante da propriedade, o Mentores, da colheita de 2018. Não vende a supermercados, nem sente falta disso, garante, tal como não sente grande necessidade de exportar, embora o faça, de forma muito pontual. “Vendemos para França a um particular que quis uma palete para oferecer aos clientes e que não discutiu o preço. Para revenda, o problema é sempre o preço e, apesar de termos várias propostas, acabou por não se fazer negócio. Exportar, só quando quiserem pagar o real valor dos vinhos”, defende.

DOENÇAS DA VINHA

Controlo eficiente do míldio exige uma estratégia integrada



A cultura da vinha, dada a sua expressão em termos de superfície e importância económica, apresenta-se como uma das peças fundamentais do sector agro-alimentar em Portugal.

O elevado número de castas autóctones, revelador da nossa especificidade, em conjunto com um forte investimento em projectos de investigação e desenvolvimento, apoiado em sistemas de qualidade reconhecidos a nível nacional e internacional, definem em linhas gerais um sector gerador de riqueza e sustentabilidade.

O controlo fitossanitário da vinha é uma problemática muito ampla, sendo que o míldio é uma das principais doenças, com especial incidência na Região dos Vinhos Verdes. Para conseguirmos um controlo eficiente do míldio é necessária uma estratégia integrada, que vai desde uma adequada prática cultural, até ao uso correcto de meios biológicos e químicos.

No controlo químico existem dois factores fundamentais a ter em conta: o conhecimento do produto que se vai aplicar e a gestão eficaz de resistências, sendo este último cada vez mais complexo devido à dificuldade de colocação no mercado de novas substâncias activas, que cumpram todos os requisitos europeus. Além de cumprirem os máximos padrões de segurança e eficácia, as novas substâncias activas têm também de adaptar-se não só às necessidades do agricultor como também ao consumidor final, cada vez mais exigente em matéria de segurança alimentar.

Uma das moléculas que superou este delicado processo de registo (recordemos que só 1 em cada 140.000 moléculas que iniciam o processo saem para o mercado, após 10 anos de estudos e de mais de 300 milhões de euros de investimento) é o Zorvec, pertencente ao novo grupo FRAC 49 (F9). Com o lançamento desta nova substância activa, logo no seu primeiro ano de actividade, a Corteva reforça a importância estratégica de Portugal no mercado da vinha a nível mundial.

Zorvec™ active
MUDA TUDO
NOVO FUNGICIDA ANTI-MÍLDIO

Pintosa.
Castas autóctones em recuperação na EVAG

O Boas Vinhas ajuda a divulgar algumas das castas autóctones da Região. Conheça as principais características da casta branca Pintosa.

Folha adulta grande, orbicular, trilobada a quinquelobada, perfil irregular, cor amarela clara, medianamente bolhosa, de seio peciolar de lobos sobrepostos fazendo um O e base em U, muitas vezes limitada pelas nervuras próximas do seio peciolar, que, por sua vez, é largo.

Cacho médio a grande, cónico e alado, compacidade média a compacta e de peso médio.

Bago médio a grande e elíptico-curto, e de baixo peso médio.

Casta de baixa fertilidade mas produtiva.

Casta de elevada expressão vegetativa, vigorosa, de sarmento castanho amarelado, com muita medula, arranque arqueado e de elevado peso.

Rebentação mais precoce /cinco dias antes do Loureiro) e maturação mais precoce (pintor quatro dias antes do Loureiro).

Mosto moderado em açúcares que lhe permitem atingir, em média, 11,3% de álcool provável e acidez média (6,6 g ácido tartárico/L), que lhe advém dos teores em ácidos málicos (1,90 g/L) e tartárico (5,10 g/L).

Vinho com aroma neutro e sabor equilibrado.



Rota dos Vinhos Verdes **Quinta de Paços**

A Quinta de Paços tem uma tradição de 500 anos na produção de vinho, já premiada internacionalmente desde 1876. Está há 15 gerações na mesma família.

A Casa de Paços provavelmente deve seu nome a um antigo paço dos quando Santa Eulália de Rio Côvo terá sido uma estância balnear romana. Parte do que a propriedade é hoje pertenceu à Comenda de Chavão da Ordem de Malta, cuja renda era paga também em vinho já no século XVI, estando assim na mesma família há pelo menos 500 anos e 15 gerações, sendo a casa mãe dos Silvas de Rio Côvo.

Oferece provas e visitas todos os dias da semana, por marcação. Estão disponíveis visitas às vinhas, à casa e à capela, bem como duas salas de provas. Aos sábados e domingos as visitas são feitas para grupos, com um mínimo de 8 pessoas, e devem ser marcadas com 72h de antecedência.



QUINTA DE PAÇOS
http://rota.vinhoverde.pt/pt/aderentes/quinta-de-pacos
Telefone: +351 253 897 109
Morada: Rua Dr. Teotónio José da Fonseca 171, 4755-490 Rio Côvo
Email: administrativo@quintadepacos.com

GASTRONOMIA E VINHO VERDE

Ementa de cozinha tradicional

RESTAURANTE
REI DOS LEITÕES

ENTRADA
LÂMINAS E LÍNGUAS DE BACALHAU, TOMATE E GELEIA DE SALSA



VINHO PROPOSTO
Muros Antigos Alvarinho 2016

Harmonização: Os aromas cítricos do vinho combinam na perfeição com o sabor a mar presente na geleia de salsa.

INGREDIENTES
Lombo de bacalhau 150 g;
Línguas de bacalhau 50 g;
Salsa q.b.; Azeite 0.05 cL;
Tomate 1; Microverdes q.b.;
Ovo 1; Farinha 30 g;
Água das Pedras q.b.;
Sal e pimenta q.b.

PREPARAÇÃO
Laminar o lombo de bacalhau na fiambreira. Confitar as línguas de bacalhau em azeite durante 15 min. a 150ºC. Envolver a farinha com o ovo e a Água das Pedras de modo a obter um polme. Passar as línguas de bacalhau neste polme e fritar. Cortar o tomate em cubos, sem pele e sementes. Escaldar a salsa em água e emulsionar com o confitado das línguas de bacalhau.

Tempo de confecção: 40 min.

PRATO PRINCIPAL
LEITÃO À BAIRRADA



VINHO PROPOSTO
Espumante Soalheiro Rosé Bruto 2013

Harmonização: Este espumante apresenta uma bolha fina e persistente, ideal para limpar o palato e ajudar na digestão deste prato.

INGREDIENTES
Carcaça de Leitão 1;
Banha 340 g;
Pimenta q.b.;
Sal 100 g; Alho 90 g;
Laranja 3

PREPARAÇÃO Aquecer o forno a lenha até atingir 400ºC. Colocar o leitão no espeto e rechear com o molho composto pela banha, alho, sal e pimenta. Coser o leitão com linha e colocar no forno durante aproximadamente 2 horas. Acompanha com uma salada, batatas chips, o molho e laranja.

Tempo de confecção: 180 min.

SOBREMESA
CROCANTE DE MAÇÃ BRAVO DE ESMOLFE, CREME DE GENGIBRE, GELADO DE BAUNILHA E HORTELÃ



VINHO PROPOSTO
Niepoort Dócil Loureiro 2012

Harmonização: A elegância e leveza deste vinho bastante equilibrado vai harmonizar na perfeição o contraste de sabores entre o doce da maça e o creme de gengibre.

INGREDIENTES
Natas 5 cL; Gemas de ovos 6;
Açúcar em pó 90 g;
Maça Bravo de Esmolfe 500 g;
Pau de canela 1; Gengibre q.b.;
Massa Filo 2 folhas;
Gelado de Baunilha q.b.;
Hortelã q.b.;
Açúcar Demerara 50 g;
Amêndoa torrada ralada q.b.

PREPARAÇÃO
Descascar a maçã, cortar em brunesa e levar ao forno a 70ºC durante 15 min., com o pau de canela e o açúcar Demerara. Para preparar o creme de gengibre, colocar as natas, as gemas de ovo, o gengibre e o açúcar em pó no liquidificador, durante 12 min, a 100ºC, na velocidade 4. Juntar metade do creme de gengibre à maça e colocar este preparado nas folhas de massa filo, enrolando-as. Levar ao forno a 190ºC, durante 9 min. Servir com acompanhado da bola de gelado, a amêndoa e a hortelã. Finalizar, regando com o restante creme de gengibre.

Tempo de confecção: 70 min.

PROVÉRBIOS DA VINHA E DO VINHO

Janeiro, gear;
Fevereiro, chover;
Março, encanar;
Agosto, recolher;
Setembro, vindimar.

Para vindimar,
deixa Setembro acabar

Com o tempo
amadurecessem as uvas

Em Dezembro chuva,
em Agosto uva

Ao pé da silveira padece
a videira

Vinha entre vinhas
casa entre vizinhas

Nevoeiro no S. João
estraga o vinho e não dá pão

A mulher e o vinho
enganam o mais fino

Vinho que baste
carne que farte

ENTREVISTA | **MARIA DO CÉU ANTUNES**

A Ministra da Agricultura fala ao Boas Vinhas sobre as medidas de crise para o sector do vinho e os quase sete milhões de euros que ficaram por atribuir. E que ficarão disponíveis para outras iniciativas "em função da evolução do mercado". Promete "acompanhar de perto o sector" e deixa uma mensagem de "esperança e de incentivo": os mil milhões de euros nas exportações é uma meta que "não queremos perder" **Por Ilídia Pinto**

"Qualquer viticultor tem algum pudor em queimar vinho"



As candidaturas às medidas de crise para o vinho ficarem muito aquém dos 18 milhões disponibilizados. É uma surpresa?
Antes de mais, dizer que essas não foram as únicas medidas a que o sector teve acesso. Teve acesso às medidas transversais, como as linhas de crédito e o lay-off simplificado, bem como aos mecanismos criados para não penalizar projectos interrompidos, adiados ou cancelados, no âmbito da promoção externa, e à antecipação, em 70%, sem controlo prévio, dos pedidos de pagamento que entraram no IFAP, para garantir tesouraria e fundo de maneio. E há os 85 milhões retirados do segundo para o primeiro pilar da Política Agrícola Comum (PAC). Mas, ao apercebermo-nos da diminuição do rendimento [dos produtores], com o encerramento dos restaurantes e dos hotéis, mas, também, de algum refreamento dos mercados externos, o que fizemos foi alocar verbas não utilizadas dentro do programa nacional anual do sector a medidas de crise, de acordo com o que a Comissão Europeia permitiu. E as estimativas apontam para candidaturas num valor aproximado de 11,2 milhões de euros, sendo 8,6 milhões relativos à medida de destilação de crise e 2,5 milhões ao armazenamento. Ficam ainda por atribuir 6,8 milhões.

A adesão dos viticultores está de acordo com o que esperava?
Isto são medidas que são o último reduto do sector. Qualquer vitivinicultor tem algum pudor em queimar vinho. Ele terá sempre a esperança de ainda poder fazer negócio com aquele produto que é tão importante não só para si, visto que é fruto do seu trabalho, mas para o país, atendendo a que estamos no nono lugar dos maiores exportadores do mundo e sabemos da excelência do produto que temos. Criamos a medida de destilação muito conscientes de que iríamos ter aqui uma parte do sector, que é o caso dos espumantes, dos vinhos brancos e dos Vinhos Verdes, a aderir, porque não podem esperar para a próxima campanha e, ao ficarem na adega, iriam penalizar a compra de uva.

Ao ficarem sete milhões por usar isso indicia que a situação não é tão má como se perspectivava?
Quero crer que sim, são dados concretos que nos permitem fazer essa antecipação que, de facto, não há uma quebra tão grande como era expectável. Sendo que a estimativa do efeito da Covid-19 aponta para uma perda de valor de 15 a 20% este ano e que as previsões de vindima indicam que a quebra na produção será de 3%, embora com zonas mais afectadas, como o Douro, Terras do Dão, Trás-os-Montes e Terras de Cister, onde a quebra pode andar entre os 20 e os 35%, enquanto no Minho é esperado um crescimento de 9% e no Alentejo e em Lisboa de 5%. Isto são dados positivos para uma parte significativa do nosso país. Mantém-se alguma apreensão, no entanto, porque os dados do IVV provam-nos que há uma quebra de 2,4% na certificação de vinhos, até Maio, sendo que nos vinhos de Denominação de Origem do Douro a quebra é bem inferior, de cerca de 0,5%. Os números das exportações de Junho já mostram alguma recuperação.

O que vai acontecer aos sete milhões?
Ficarão disponíveis para outras iniciativas que possam vir a ser desenvolvidas em função da evolução da situação do mercado.

Os apoios ao sector do vinho vieram do plano nacional. O Estado português não teve nenhum contributo próprio?
Não tivemos necessidade e mau seria que, com o país a precisar de verbas do OE para tantos sectores, nomeadamente a Saúde e o Emprego, que nós comprometêssemos [o OE], até porque não necessitaríamos. Aliás, como se pode ver pela adesão a estas medidas, que não se esgotou. O que fizemos, através do OE, foi a incorporação de cinco milhões do saldo de gerência do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto para a criação de uma reserva qualitativa de vinho do Porto, aprovada, por unanimidade, no Conselho Interprofissional do IVDP, permitindo estabelecer o benefício em 102 mil pipas.

O sector pedia também a libertação de saldos de gerência do IVV para promoção, o que não foi atendido. Há aqui um tratamento preferencial, de privilégio, ao Douro?
Nada disso. Isso é até injusto. Ao percebermos que o problema é muito mais grave em regiões de montanha, o que fizemos foi dar uma discriminação positiva a essas regiões onde o Dão, que também está a ter problemas sérios, [se insere e se espera] que com isso possa ter um incentivo para a utilização destas medidas de crise. Sobre a incorporação do saldo de gerência do IVDP, tem a ver com a medida específica da reserva qualitativa. Pede o sector que se aumente também a dotação para acções de promoção, mas o IVDP tem no seu orçamento 2,6 milhões para esse efeito. Vamos ver se os conseguimos gastar. Em relação ao IVV, não tenho informação sobre esse assunto, mas também o IVV tem as verbas necessárias para a promoção. E sempre que houver necessidade, cá estaremos para estudar novas medidas que estejam ao nosso alcance.

"PORTUGAL CONSEGUIU ULTRAPASSAR O SEU OBJETIVO NEGOCIAL PARA A PAC. ESTARÃO DISPONÍVEIS 9.782 MILHÕES A PARTIR DE 2021"

As verbas da promoção que ficaram por usar poderão ser utilizadas em 2021?
Infelizmente, a Comissão Europeia demorou muito tempo a reagir e só muito tardiamente veio a criar um conjunto de instrumentos. Mas comprometeu-se a que, sempre que for necessário, serão estudadas, e pensadas em conjunto, medidas



A Ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, em entrevista ao Boas Vinhas.

FOTOGRAFIA: JOÃO SILVA

adicionais. Nós não damos estas medidas como fechadas. Queremos continuar a acompanhar o sector de forma muito próxima, para podermos, a todo o tempo, intervir caso seja necessário.

Houve, também, um reforço do programa VITIS, como é que o sector reagiu?
Com este reforço, dos 50 para os 73,5 milhões de euros, são 3467 candidaturas aprovadas. Conseguimos evitar o rateio de 1433 candidaturas que foram assim aprovadas a 100% e foram aprovadas mais 182 candidaturas que tinham sido excluídas e praticamente recuperamos todas aquelas que tinham sido agrupadas. Entre 2001 e 2018, o VITIS permitiu reestruturar mais de 75 mil hectares. Estamos a falar de mais de 734 milhões de euros.

Este reforço foi feito à custa de verbas futuras?
Não, foi feito com base naquilo que tínhamos disponível. E nesta campanha, em relação ao Minho, obtivemos aprovação para 1167 candidaturas, na ordem de 15 milhões de euros, que engloba uma área de 1224 hectares.

Já o PDR 2020 está em *overbooking*. Vai ser reforçado?
O PDR tem os seus 4500 milhões de euros comprometidos a 100%. O *overbooking* vai-nos permitir utilizar na totalidade as verbas porque sabemos que há sempre um remanescente, entre o aprovado e o que é executado. O PDR tem de ser encerrado até 2023, no entanto, a partir do próximo ano, vamos poder começar a utilizar, em regime de transição, verbas do próximo ciclo de investimento. Neste momento, e em relação ao plano estratégico para a PAC, que se previa começar em Janeiro do próximo ano, já sabemos que haverá um período de transição. A dúvida é se vai começar já com as novas regras em Janeiro de 2022 ou em 2023.

E em termos de envelope financeiro?
Portugal conseguiu para a PAC não só atingir, como ultrapassar, o seu objectivo negocial, assegurando o reforço do envelope financeiro em 446 milhões. A partir de 2021 e até 2027 vão estar disponíveis 9.782 milhões de fundos comunitários: o primeiro pilar com 5.509 milhões de euros e o segundo pilar com 4.274 milhões. Isto representa um acréscimo de 5% a preços correntes entre períodos de programação.

Que expectativas tem para o próximo quadro comunitário?
Será um quadro particularmente exigente. Por um lado, porque apresenta um certo grau de subsidiariedade onde o Estado-membro vai ter alguma flexibilização para, no quadro daquilo que são as suas necessidades, oportunidades e características, poder apresentar medidas, o que até aqui não podia. Portanto, há aqui uma dimensão igualmente exigente do ponto de vista daquilo que será a verificação do cumprimento, que deixa de ser uma questão processual, de conformidade, para a assumpção de metas e de compromissos em domínios como o ambiental e social, por exemplo. Isto leva-nos a uma outra dimensão que é o desenho de uma arquitectura mais verde, mais preparada para mitigar as alterações climáticas, obrigando cada Estado-membro a tomar um conjunto de iniciativas para podermos todos contribuir cada vez mais para a garantia da biodiversidade e da diminuição dos gases com efeito de estufa. À luz dos desafios vertidos em instrumentos de política mundial, como é o caso dos objectivos para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, do Pacto Ecológico apresentado pela Comissão, ou do instrumento destinado à agricultura, a chamada Estratégia do Prado ao Prato.

Essa dimensão mais exigente que refere trará mais burocracia? Os produtores já se queixam muito da complexidade dos programas.
Não. É o compromisso adicional [dos Estados-membros] ao nível das metas estabelecidas que é mais exigente. Não queremos burocratizar o sistema, pelo contrário, a medida que temos este ano no Simplex é a criação de um Portal Único para a agricultura. Num futuro, que queremos que seja breve, o agricultor vai interagir com os vários organismos apenas por uma única entrada.

Portugal assume a presidência da Comissão em Janeiro, qual vai ser o papel da agricultura?
Aquilo que é expectável, para já, é que seja Portugal a fechar o que diz respeito à próxima PAC. Acho que é um momento importante, no sentido de afirmarmos esta importância estratégica que queremos que a agricultura e todo o complexo agro-alimentar assumam no contexto do desenvolvimento do nosso país. A agricultura representa 4% do VAB, 7% das exportações e 11% da população activa em Portugal. Podemos e queremos ir mais longe em relação a esta matéria. Queremos aumentar a nossa produção mais competitiva, que garanta que as nossas exportações vão continuar a crescer, pelo menos, 5% ao ano como até aqui, mas também fazer crescer a produção para podermos estimular o comércio local, as cadeias curtas, e com isso podermos ter um desenvolvimento mais integrado do país.

Tendo perdido as florestas e, agora, algumas competências da Direcção Geral de Alimentação e Veterinária, o seu Ministério está hoje politicamente mais fraco ou mais focado na produção alimentar?
O Ministério da Agricultura é responsável por garantir os sistemas alimentares e, cada vez mais, a alimentação e a agricultura têm que ser comunicados conjuntamente. O nosso papel ficou bem patente durante este período de pandemia. Os resultados falarão por si.

As vindimas estão aí, que mensagem gostaria de deixar aos viticultores?
De esperança e de incentivo. O Ministério acompanha o sector de muito perto, consciente da importância que tem. Nós tínhamos um objectivo, de atingir os mil milhões nas exportações, que não queremos perder e as medidas que estamos a implementar querem criar condições para podermos reforçar o papel do sector vitivinícola na economia e na vida dos portugueses e das portuguesas.